



DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CÚPULA “FINANÇAS EM COMUM”

CIDADE DO CABO, ÁFRICA DO SUL, 26-28 DE FEVEREIRO DE 2025

INTRODUÇÃO

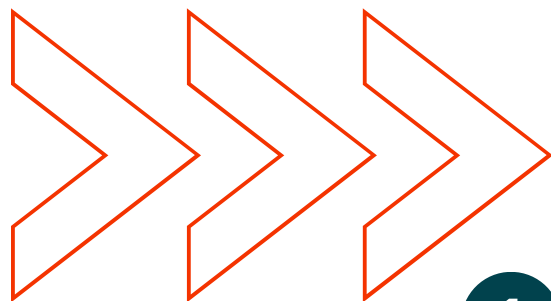
A confluência da crescente desigualdade, das crises da dívida e da escalada da emergência climática exige que os bancos públicos de desenvolvimento (BPD) demonstrem uma liderança genuína na promoção de um desenvolvimento justo e sustentável. Nesta conjuntura crítica, os BPDs devem ir além da retórica e comprometer-se com ações concretas e transformadoras, colocando os direitos humanos, a liderança comunitária e a sustentabilidade ambiental no centro de todas as decisões financeiras. As organizações da sociedade civil (OSC) apelam aos BPDs para que assumam esta responsabilidade e defendam uma nova era de financiamento do desenvolvimento.

Os BPDs, enquanto instituições com um mandato público, devem servir às pessoas, respeitar os limites do planeta e garantir benefícios a longo prazo para as comunidades e o seu ambiente. Para atingir estes objetivos, os BPDs devem assegurar a transparência, a responsabilidade e um envolvimento significativo com a sociedade civil e as comunidades, a fim de promover a paz, a liberdade e a prosperidade partilhadas.

Embora tenham sido feitos alguns progressos no âmbito da iniciativa “Finanças em Comum” (FiC) para aumentar a colaboração entre os BPDs e as organizações da sociedade civil e para enfatizar as abordagens baseadas nos direitos humanos, as comunidades afetadas devem desempenhar o seu papel legítimo como força motriz na abordagem dos desafios globais. **Os representantes da sociedade civil e das comunidades unem forças na Cúpula “Finanças em Comum” (FiCS) 2025 para amplificar as vozes dos peritos em desenvolvimento por direito próprio: defensores dos direitos humanos, povos indígenas, comunidades locais afetadas e outros grupos e redes diversificados da sociedade civil, tanto presentes na FiCS como participando remotamente, para demonstrar a importância das abordagens ao desenvolvimento lideradas pelas comunidades e baseadas nos direitos humanos.**

A necessidade de salvaguardas ambientais e sociais, apoiadas por direitos humanos internacionais e normas operacionais, é imperativa. Como extensões das políticas e ações do Estado, os BPDs são também responsáveis ao abrigo dos princípios da Obrigação Extraterritorial dos Direitos Humanos, tal como definidos no direito internacional dos direitos humanos. Instamos os BPDs a garantir que as transições energéticas e os projetos de desenvolvimento sejam centrados na comunidade, capacitando os mais afetados a moldar o seu futuro, e específicos ao contexto, defendendo soluções e necessidades lideradas pela comunidade local.

RECOMENDAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



1

Reforço do espaço cívico e o engajamento das OSC nos BPDs

O espaço cívico continua a diminuir a nível mundial, com apenas 40 dos 198 países a beneficiarem atualmente de uma classificação aberta. O ambiente propício à sociedade civil continua a deteriorar-se, com quadros jurídicos restritivos, repressão dos defensores dos direitos humanos e restrições financeiras que limitam o empenhamento cívico. Embora o FICS tenha registado alguns progressos na promoção do diálogo entre as BPD e as organizações da sociedade civil, subsistem lacunas importantes. Os BPDs precisam de ir além da consulta e integrar significativamente as perspectivas da sociedade civil nos seus ciclos de governação, políticas e projetos. Os BPDs têm o dever de facilitar o envolvimento inclusivo, transparente e estruturado com as organizações da sociedade civil e as comunidades afetadas. Neste contexto, exigimos que o FICS implemente imediatamente o seu compromisso de estruturar um diálogo significativo, regular, sistemático e estratégico entre os BPDs e as organizações da sociedade civil.

Para atingir este objetivo, os BPDs devem:

- **Estabelecer e lançar uma Coligação FICS BPD-CSO** numa conferência global entre BPDs e OSCs até ao final de 2025, isto com o objetivo de institucionalizar o envolvimento, partilhar as melhores práticas e co-criar soluções.
- **Assegurar mecanismos formais de participação das OSC** a nível da sede, dos países e dos projectos, a fim de alinhar as estratégias de investimento com as necessidades da comunidade e reforçar a governação, a responsabilização, a transparência e a tomada de decisões nos projetos financiados pelo BPD.
- **Desenvolver diálogos entre as várias partes interessadas e mecanismos institucionalizados de participação das OSC**, incluindo comités ou conselhos tripartidos, que garantam uma participação estruturada em cada fase do ciclo do projeto ou do investimento (desde a seleção até à execução e avaliação).
- **Tirar partido das tecnologias digitais para complementar as consultas às OSC** e alargar a participação dos cidadãos na tomada de decisões financeiras.
- **Promover e apoiar ativamente um ambiente favorável à sociedade civil**, incorporando sistematicamente o espaço cívico, os direitos humanos e as abordagens transformadoras de género na tomada de decisões dos BPDs a nível local, nacional, regional e global.
- **Garantir que os BPDs, os seus aliados/parceiros de investimento** e as entidades em que investem respeitem e protejam plenamente o espaço cívico, colocando os interesses e as necessidades das comunidades locais no centro da tomada de decisões.
- **Apoiar a liberdade de expressão e de reunião**, garantindo que as atividades dos BPDs não contribuem para a repressão ou prejudicam os defensores dos direitos humanos.
- **Estabelecer mecanismos sólidos de responsabilização** que permitam aos membros da comunidade afirmar as suas expectativas, apresentar queixas e envolver-se de forma significativa nos pormenores do projeto, garantindo soluções acessíveis e eficazes para as pessoas afetadas.

Defesa dos direitos humanos e desenvolvimento liderado pela comunidade

O respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos devem ser um princípio fundamental que orienta todas as operações dos BPDs. Enquanto instituições financiadas por fundos públicos, os BPDs têm o dever de garantir que os seus projetos não contribuam para violações dos direitos humanos, mas apoiam a realização dos direitos económicos, sociais e culturais de todos. Tragicamente, os projetos de infraestruturas e de desenvolvimento em grande escala financiados pelos BPD conduziram demasiadas vezes a deslocamentos forçados, à degradação ambiental e à repressão dos defensores dos direitos humanos que promovem/advogam em prol das suas comunidades. São necessários mecanismos de responsabilização mais fortes, maior transparência e participação direta das comunidades afetadas para garantir que os investimentos do BPD promovam um desenvolvimento sustentável baseado nos direitos.

Os BPDs devem garantir que os direitos humanos estejam no centro das suas operações, desde a conceção do projeto até à sua avaliação.

Para o efeito, os BPD devem

- **Reconhecer e incorporar o quadro internacional dos direitos humanos** nas suas estratégias, planos e ações, seguindo os princípios de “não causar danos”.
- **Assegurar que o consentimento livre, prévio e informado (CLPI)** dos povos indígenas, dos grupos marginalizados e das comunidades locais afetadas é rigorosamente obtido antes de os projetos de desenvolvimento serem aprovados e implementados.
- **Dar prioridade à liderança e à apropriação comunitária nos processos de tomada de decisão**, a fim de garantir que os projetos de desenvolvimento satisfaçam as necessidades locais, respeitem o património cultural e promovam benefícios sociais e económicos a longo prazo.
- **Estabelecer e fortalecer mecanismos independentes de denúncia que sejam transparentes, acessíveis e livres** de interferência política, garantindo que as comunidades afetadas possam buscar uma reparação efetiva sem medo de represálias.
- **Aplicar a devida diligência obrigatória em direitos humanos e avaliações de impacto em todos os estágios de elaboração, implementação e avaliação de projetos**, garantindo que todos os investimentos estejam em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos e não exacerbem as desigualdades ou os danos sociais.
- **Estabelecer protocolos claros para a denúncia de ameaças e violência contra defensores de direitos humanos e garantir que essas denúncias sejam investigadas de forma imediata e imparcial.** Os BPDs devem criar e aplicar mecanismos que permitam que os defensores relatem suas preocupações de forma segura.
- **Melhorar a transparência financeira e a responsabilidade, divulgando todos os fluxos financeiros, riscos de projetos e planos de mitigação** apoiados pelos BPDs para garantir que as comunidades possam monitorar e participar do processo de tomada de decisão.

Financiamento do desenvolvimento: um apelo a uma reforma fundamental

A atual arquitetura financeira mundial não está conseguindo resolver as causas estruturais da pobreza, da desigualdade e da crise climática. Perpetua um sistema que beneficia as nações ricas às custas da maioria global, impedindo a sua capacidade de alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e de respeitar os direitos humanos. Este sistema caracteriza-se por finanças públicas inadequadas, um peso esmagador da dívida, uma evasão fiscal maciça e fluxos financeiros ilícitos, bem como políticas neoliberais que dão prioridade aos lucros em detrimento das pessoas e do planeta. São urgentemente necessárias reformas fundamentais para criar uma ordem econômica mundial justa e equitativa. Os bancos públicos de desenvolvimento (BPD), com os bancos nacionais de desenvolvimento (BND) no seu centro, devem desempenhar um papel de liderança na mobilização de financiamento público para uma mudança transformadora. Para tal, é necessário abandonar as políticas neoliberais extrativistas e adotar um quadro financeiro mundial renovado que dê prioridade aos direitos humanos, à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local.

Para o conseguir, as BPDs devem:

Defender um quadro de financiamento global renovado: os BPDs devem apoiar ativamente um quadro de financiamento global renovado, tal como descrito nas recomendações do mecanismo FFD4 da sociedade civil. Isto inclui:

- Aumentar significativamente o financiamento público para o desenvolvimento, particularmente dos países desenvolvidos e daqueles que beneficiam da globalização.
- Aumentar as fontes de financiamento baseadas em subvenções para aliviar o peso da dívida e apoiar os serviços públicos, dando prioridade às mulheres, às comunidades marginalizadas e à sociedade civil.
- Reformar os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) para melhorar a capacidade financeira, rever as estruturas de governação e os mandatos e empenhar-se no desenvolvimento liderado a nível local.
- Regulamentar o financiamento misto para garantir um impacto sustentável e o cumprimento das normas sociais e de desenvolvimento.
- Eliminar as sobretaxas do Fundo Monetário Internacional (FMI).



Facilitar a anulação e a reestruturação da dívida: os BPDs internacionais devem apoiar a anulação e a reestruturação da dívida para os países com cargas de dívida insustentáveis. Os BPDs devem rejeitar o Quadro Comum e promover uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Dívida Soberana para democratizar o processo da dívida. Todas as políticas de empréstimo devem dar prioridade aos direitos humanos e à proteção do ambiente.

Focalizar as prioridades nacionais de desenvolvimento: Os investimentos do BPD devem ser alinhados com as estratégias de desenvolvimento de cada país. Isto exige:

- Adotar uma abordagem de desenvolvimento liderada a nível local, reformar os processos de tomada de decisão e trabalhar diretamente com os bancos nacionais de desenvolvimento.
- Alinhar os investimentos com os planos e estratégias nacionais de desenvolvimento, tais como os quadros de financiamento nacionais integrados.
- Reforçar os mercados de capitais e as instituições locais, fornecendo assistência técnica e acesso a financiamento acessível para as empresas locais.
- Respeitar a soberania nacional através da concessão de empréstimos em moeda local e resolver as distorções da notação de crédito.
- Dar prioridade aos intervenientes locais para garantir que os investimentos reforçam o desenvolvimento económico local sustentável.
- Definir práticas de investimento sustentáveis e responsáveis, colocando os ODS no centro dos BMD e dos NBD. Isto inclui o afastamento de práticas prejudiciais como a agricultura industrial, a promoção de economias de cuidados, o apoio à transição para as energias renováveis e a construção de economias locais resilientes.

Acabar com os investimentos com fins lucrativos na saúde e na educação: os BMD devem acabar imediatamente com o financiamento da saúde e da educação privadas com fins lucrativos, que impulsionam a privatização e a comercialização de bens públicos essenciais:

- Acabar com todas as novas fontes de financiamento para a saúde e a educação privadas e comerciais, incluindo os investimentos através de intermediários.
- Lançar uma avaliação independente dos investimentos passados e atuais na saúde e na educação, centrada no seu impacto na desigualdade, na pobreza, no género e nos direitos humanos.
- Comprometer-se a reparar quaisquer danos causados por estes investimentos.



Financiamento do clima: um apelo a uma transição justa

O financiamento climático deve ser um instrumento para um futuro justo e sustentável, e não um mecanismo que perpetua a desigualdade e a destruição ambiental. Os bancos públicos de desenvolvimento (BPD) têm um papel crucial a desempenhar na definição dos fluxos de financiamento climático e na defesa de uma transição justa baseada no princípio do “poluidor-pagador” e nos princípios das "Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas" e das "Respectivas Capacidades" (CBDR-RC). O sistema atual reforça frequentemente as desigualdades por meio de ciclos de endividamento e da exclusão das comunidades do processo de tomada de decisões. Um financiamento climático justo, concessional e equitativo é essencial para enfrentar a crise climática, melhorar as comunidades e criar uma via para o desenvolvimento baseado na justiça. Para tal, é necessário passar de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento para um paradigma socioeconômico sustentável e equitativo, incluindo o reconhecimento do direito à reparação e à compensação das comunidades afetadas. Uma transição justa deve também proporcionar acesso à eletricidade e aos recursos às comunidades historicamente excluídas. Os BPDs devem estabelecer uma abordagem transformadora para uma transição justa com critérios de investimento claros e mecanismos de responsabilização.

Para o conseguir, os BPDs devem:

- **Eliminar gradualmente os projetos de combustíveis fósseis e excluir falsas soluções:** Os BPDs devem comprometer-se imediatamente com um calendário para acabar com todo o financiamento direto e indireto de projectos de combustíveis fósseis existentes e futuros, incluindo gás fóssil e falsas soluções. Devem adotar uma taxonomia de energia exclusivamente renovável que promova tecnologias de energia renovável sustentáveis e inclusivas, excluindo tecnologias prejudiciais e falsas soluções, incluindo a energia hidroelétrica em grande escala, a transformação de resíduos em energia, os biocombustíveis industriais, a captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS), as infra-estruturas de gás fóssil preparadas para o hidrogénio, os mercados de carbono, entre outros. As BPDs devem apoiar os países no desenvolvimento e implementação de planos de transição energética ambiciosos, justos e inclusivos, eliminando gradualmente os combustíveis fósseis e reforçando simultaneamente o desenvolvimento económico através de diversos sistemas de energias renováveis. É essencial que as BPDs respeitem a legislação internacional em matéria de direitos humanos, assegurando que os seus recursos promovem os direitos humanos e a justiça climática, incluindo o direito à reparação e compensação das comunidades afectadas. Os BPDs que tenham contribuído para infra-estruturas energéticas destrutivas devem apoiar planos de desmantelamento em consulta com as comunidades afectadas, contribuir para a reparação e oferecer indemnizações.

- **Apoiar uma transição justa para as energias renováveis:** Os BPDs devem redirecionar o financiamento dos combustíveis fósseis para apoiar uma transição justa para as energias renováveis, em conformidade com os princípios de transparência, responsabilidade, soluções lideradas pelas comunidades, direitos humanos e igualdade de gênero. Isto inclui investimentos estratégicos em economias de cuidados, reconhecendo o trabalho de cuidados subvalorizado e o papel das mulheres na gestão ambiental. O financiamento climático baseado em subsídios para as energias renováveis é crucial para evitar o agravamento do peso da dívida. Os BPDs devem desenvolver indicadores de transição justa para garantir que os projetos proporcionem benefícios de desenvolvimento, em especial para as mulheres, os jovens, o trabalho digno, a agricultura, as empresas locais, a saúde e a educação. A participação obrigatória da comunidade em todas as fases do projeto é essencial. O financiamento deve ser acessível a nível local para sistemas energéticos diversificados e descentralizados, bem como para a transferência de conhecimentos e de tecnologias no domínio das energias renováveis. Todos os projetos financiados pelos BPDs requerem o reforço das salvaguardas e da responsabilidade social/ambiental, com recurso à reparação para as comunidades afetadas. Isto inclui o acesso a mecanismos de denúncia eficazes e imparciais, representação legal e indenização adequada por danos.
- **Apoiar a atenuação e a adaptação às alterações climáticas:** os BPD devem redirecionar o financiamento dos combustíveis fósseis para apoiar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em países particularmente vulneráveis à escalada das catástrofes climáticas, com base nos princípios PRCD-RC do “poluidor-pagador”. É essencial uma separação clara das fontes de financiamento para Assistência Oficial para o Desenvolvimento e mitigação/adaptação/perdas e danos para garantir um financiamento equitativo do clima e eliminar a contabilidade duplicada
- **Promover sistemas alimentares sustentáveis:** Os BPD devem eliminar gradualmente o financiamento da produção pecuária intensiva e, em vez disso, financiar sistemas alimentares sustentáveis, especialmente práticas agroecológicas. Todos os investimentos agrícolas devem apoiar sistemas agrícolas agroecológicos diversificados e empresas alimentares sustentáveis que reforcem a segurança alimentar, os meios de subsistência dos agricultores, a biodiversidade, a saúde, a nutrição e os serviços ecossistêmicos.



Esta declaração, disponível em inglês, francês, espanhol e português, representa um chamado unificado à ação para que o BPD coloque as pessoas, o planeta e a justiça em primeiro lugar em todas as decisões de financiamento. Exigimos responsabilidade, transparência e parceria significativa com as comunidades para garantir um futuro justo e sustentável para tod@s.





LISTA DE SIGNATÁRIOS

ESTA LISTA SERÁ ATUALIZADA UMA VEZ POR DIA ATÉ 28 DE FEVEREIRO.

Nash Vek PF, Kyrgyzstan

Recourse, Uganda

Asia Development Alliance, Asia

Buliisa Initiative for Rural Development Organisation (BIRUDO), Uganda

Innoeva Development Foundation, Nigeria

Sinergia Animal, International

Lumière Synergie pour le Développement (LSD), Senegal

Waterberg Women Advocacy Organisation, South Africa

SCMAC, South Africa

Creation of Unity and Development Organization, South Africa

The New Environmental Justice Solutions, South Africa

Carolina eco green economy, South Africa

Middelburg Environmental Justice Network (MEJN), South Africa

Creation of unity and development, South Africa

African Climate Reality Project, South Africa

Tshwaraganang Ma-Africa, South Africa

International Accountability Project, Global

Bangladesh NGOs Network for Radio and Communication, Bangladesh

Stop Financing Factory Farming (S3F) Coalition, Global

Friends of the Earth U.S., USA

Mining host communities in crisis network, South Africa

COMPPART Foundation for Justice and Peacebuilding, Nigeria

Green Advocates International, Liberia

Estonian Roundtable for Development Cooperation, Estonia

Civil Society Coalition on Sustainable Development, Nigeria

CAFSO-WRAG for Development, Nigeria

Pakistan Development Alliance, Pakistan

JOINT Liga dew ONGs em Mocambique, Mocambique

National Campaign for Sustainable Development Nepal, Nepal

Noakhali Rural Development Society - NRDS, Bangladesh

International Rivers, Global

Development Service Exchange, Solomon Islands

Recourse, Belgium

Nareto Latia Indigenous Peoples' Program, Kenya

MY World Mexico, Mexico

CAGF, France
Geres, France
Tetraktys, France
L'Appel, France
CNONGD - Conseil Regional des Organisations Non Gouvernementales de développement, Democratic Republic of Congo
ECPAT France, France
Association Habitat Cité, France
AOI (Aide Odontologique Internationale), France
Plateforme des Droits Humains, France
Collectif des Organisations de Solidarité Internationale issues des Migrations de la Région Bretagne (COSIM Bretagne), France
Agrisud International, France
Fédération Congolaise du Commerce Equitable (FECOCE RDC), Democratic Republic of Congo
Agrisud International, France
ONG CACAO POUR LA PAIX, Democratic Republic of Congo
Association CACAO POUR LA PAIX, France
Club des Africains de Bretagne, France
CFSI Comité français pour la solidarité internationale, France
GRET, France
PFNOSCM - Plateforme Nationale des Organisations de la Société Civile de Madagascar, Madagascar
Experts-Solidaires, France
Initiative Développement, France
BATIK International, France
CIEDEL, France
Santé Sud, France
ONG Humatem, France
Commerce Equitable France, France
Migrations & Développement, France
Centre de Defense des Droits de l'Homme et Démocratie (CDHD), Democratic Republic of Congo
Action Education, France
CRID, France
Habitat-Cité, France
Green Development Advocates, Cameroon
African Resources Watch (AFREWATCH), Democratic Republic of Congo
Entrepreneurs du Monde, France
CHD, France
Geres, France
ESSOR, France
Coalition Femme-Paix-Sécurité (COFEPAX), Burkina Faso

Mongolian CSOs Network for Sustainable Development, Mongolia
Centre for Human Rights and Development, Mongolia
Bantay Kita - Publish What You Pay Philippines, Philippines
Lawyers' Association for Human Rights of Nepalese Indigenous Peoples (LAHURNIP), Nepal
Psychological Responsiveness NGO, Mongolia
Sayanaa Wellbeing Association, Mongolia
Bir Duino Kyrgyzstan, Kyrgyzstan
Uzbek Forum for Human Rights, Germany/Uzbekistan
Natural Justice, Africa
FIDH, France
Oil Workers' Rights Protection Organization Public Union, Azerbaijan
Uganda Consortium on Corporate Accountability, Uganda
The Kenya Human Rights Commission, Kenya
Zimbabwe People's Land Rights Movement, Zimbabwe
FOCSIV Italian Federation Christian NGOs, Italy
ALTSEAN-Burma, Burma/Myanmar
Forus, Global
Ecoactivist, Kazakhstan
International Service for Human Rights, Switzerland
AidWatch Canada, Canada
GAPID, Mali
Economic Justice Network Sierra Leone, Sierra Leone
Orthodox Archbishopric of Zimbabwe and Angola, Zimbabwe
Association For Promotion Sustainable Development, India
Searchlight Development Action Cameroon, Cameroon
UNITAS, Bolivia
Society for Gender Justice, Zambia
Centre for Human Rights and Development, Mongolia
World For World Organization (WFWO), Italy
Director, Universal Rights Network, Australia
ARAB PLATFORM for RENEWABLE ENERGIES & ENERGY EFFICIENCY, Tunisia
Dignity Initiative, Nepal
CODE-NGO, Philippines
TRAFFED -RDC asbl, Democratic Republic of Congo
Bangladesh NGOs Network for Radio and Communication, Bangladesh
European Network on Debt and Development - Eurodad, Europe
"Ecolur" Informational NGO, Armenia
Cadre de Concertation des Réseaux d'Organisations de la Société civile, Congo-Brazzaville
Estonian Roundtable for Development Cooperation, Estonia
AwazCDS/Pakistan Development Alliance, Pakistan
Committee for Peace and Development Advocacy, COPDA, Inc., Liberia

CEE Bankwatch Network, Czechia
Jamaa Resource Initiatives, Kenya, Kenya
La Coordinadora de Organizaciones de Desarrollo, Spain
VANI, India
Entrepreneurship Initiative for African Youth (EIFAY Africa), Nigeria
ISIZIBA Community Based Organizations of South Africa NPC, South Africa
NGO Federation of Nepal, Nepal
Climate Finance Group for Latin America and the Caribbean (GFLAC), Mexico
SWATI, India
UNASCAD (Union des Amis Socio Culturels d'Action en Developpement), Haiti
Economic Justice Network of FOCCISA, South Africa
Village Farmers Initiative (VFI), Nigeria
Budget Advocacy Network (BAN), Sierra Leone
OBA Global Citizens, Nigeria
IYAAP, Global
Initiatives for Safe Migration and Social Justice, Nigeria
Pakistan NGOs Forum, Pakistan
Mouvement pour la Defense de l'Humanité et l'Abolition de la Torture (MDHAT), Cameroon
Sahas sewa sansthan, India
Sahas sewa sansthan, India
SSDC, Nepal
HRC RIGHT TO INFORMATION TRUST, India
Christian Aid, United Kingdom
Bond, United Kingdom
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Brazil
Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights (GI-ESCR), Global
Pólis Institute, Brazil
The Bretton Woods Project, United Kingdom
Finnish Development NGOs Fingo, Finland
Accountability Counsel, Global
Jawahar Jyoti Bal Vikas Kendra, India
Uganda Peace Foundation, Uganda
FONGTIL, Timor - Leste
Pamoja Earth Care, Kenya
Association For Promotion Sustainable Development, India
REPAOC Network of West African NGO Platforms, West Africa
Action 237-Suisse, Switzerland
Women and Youth Advancement Inc. (WOYA), USA
Rural Reconstruction Nepal- RRN, Nepal
Indonesia for Global Justice, Indonesia
AsiaDHRRRA, Philippines

Association for Progressive Communications, South Africa
Development Initiative for Community Impact, Nigeria
FIAN Sri Lanka, Sri Lanka
HIMAYA DAEEM AATAA, Lebanon
SUKITA TZ, Tanzania
Bahuuday Lok Seva Sansthan, India
AJESH, Cameroon
Nigeria Network of NGOs, Nigeria
Murna foundation, Nigeria
Ikhaya Lothando Care for the Aged, South Africa
Centre for Social Change, University of Johannesburg, South Africa
Alliance of NPO Networks (ANNET), South Africa
National Senior Citizens Organization of Liberia, Liberia
Jamaa Resource Initiatives, Kenya
Murna Foundation, Nigeria
Seinoli Legal Centre, Lesotho
Murna foundation, Nigeria
Geledés-Instituto da Mulher Negra, Brazil
Lithuanian NGDO Platform, Lithuania
Both ENDS, Netherlands
Center for Economic and Social Rights, USA
Asociación Arariwa, Peru
Centro de la Mijer Peruana Flora Tristán, Peru
Green Alternative, Georgia
Asia Civil Society Partnership for Sustainable Development (APSD), Republic of Korea (South)
Alianza por la Solidaridad, Bolivia
Lumière Synergie pour le Développement (LSD), Senegal
Construisons Ensemble le Monde, Democratic Republic of Congo
Biozid Climate Institute, Bangladesh
Participatory Research & Action Network- PRAAN, Bangladesh
Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo - desco, Peru
Arewa Research and Development Project, Nigeria
Foro Ciudadano para las Relaciones CELAC-UE, Peru
AID LIFE LEARN ENVIRONMENT, Democratic Republic of Congo
Marrietta AIDS Care and Education Relief Foundation, Nigeria
SAMABESI JAGARAN ABHIYAN, Nepal
Foro Nacional por Colombia, Colombia
Women in Media Communication Initiative (WIM), Nigeria
OSSEDI, Malawi
Agora Association, Turkey

Kigoma Development Organization (KDO), Tanzania
United Social Welfare Society, Pakistan
ATGL, Tunisie
Kigoma Development Organisation, Tanzania
Actions Sans Frontieres, Madagascar
People's Vigilance Committee on Human Rights (PVCHR), India
Enviro Vito, South Africa
HuMENA for Human Rights and Civic Engagement, Belgium
African Monitor, South Africa
Alliance contre la Pauvreté au Mali /GCAP, Mali
UNCHK, Senegal
Foundation for Rural Development (FRD), Pakistan
Centre Stratégique Pour La Promotion Du Développement Durable (CSPDD), Tunisia
National Campaign for Sustainable Development Nepal, Nepal
Association pour la protection de l'environnement et de développement local (APDEL-Mali), Mali
AfroLeadership, Cameroon
CHIRAPAQ/ECMIA, Peru
University for Development Studies, Ghana
Réseau des jeunes leaders pour l'innovation et la lutte contre le changement climatique, Tchad
Resilient40, Uganda
Giniw Collective, USA
Centre for Human Rights and Development, Mongolia
Altar Relief Foundation, Ghana
FILIMBI, Democratic Republic of Congo
European Movement Italy, Italy
Upf, France
DISABILITY PEOPLES FORUM UGANDA, Uganda
Bridging The Gap Botswana, Botswana
Consejo de Jóvenes de Oaxaca- México, Mexico
Transparency and Accountability in Totality Initiative-Followtaxes, Nigeria
Equipop, France - Senegal - Burkina Faso
Ekuphumuleni Home Of Peace Organization & Development Center, South Africa
Accion Ciudadana, Guatemala
New World Hope Organization (NWHO), Pakistan
Sinatsisa Lubombo Women and girls Empowerment organization, Eswatini
Organisation d'Appui aux Jeunes Opérateurs Economiques pour la Gouvernance Locale (OJEG), Senegal
UNISC International, Japan
Alma Cívica, Paraguay
Aid Organization, Bangladesh
kONATE organisation, Democratic Republic of Congo and Guinea
Forum for Global Solidarity Tax, Japan
Plataforma CIPÓ, Brazil

Rural Area Development Programme (RADP), Nepal
BONELA(Botswana Network of Ethics Law & HIVAIDS, Botswana
International Centre for Ethnic Studies, Sri Lanka
MasaAfrika Development Projects, South Africa
Youth Ambassador of the Hellenic Republic, Hellenic Republic
Pathways for Women's Empowerment and Development/Integrated Agricultural Training Center (PaWED-IATC), Cameroon
Association d'Aide à l'Education de l'Enfant Handicapé (AAEEH),France
OLABODE YOUTH AND WOMEN INITIATIVES (OYAWIN), Nigeria
Rural Reconstruction Nepal- RRN, Nepal
Institute for Economic Justice, South Africa
Amman Center for Human Rights Studies, Jordan
Goodwash Foundation for Health and Environmental Protection, Nigeria
Institute for poicy and legistratiom, Republic of Korea (South)
Réseau Nigérien Anti-Corruption, Niger
Amman Center for Human Rights Studies, Jordan
Funacion etnica integral, Domenican Republic
Menamird, Domenican Republic
Emonyoyefwe International, Kenya
Zimbabwe People's Land Rights Movement, Zimbabwe
NGO Federation of Nepal, Nepal
International Academy of Science, Health & Ecology, Brazil
Habitat International Coalition, Global
ANOMENA Ventures, Ghana
4chabab, Morroco
AWTAD Anti -Corruption Organization, Yemen
IMPACT, Kenya
Corporacion Accion Viva, Colombia
Publish What You Pay (PWYP) Indonesia, Indonesia
Usolnteligente ASV AC, Mexico
Public Association "Dignity", Kazakhstan
Partners in Sustainable Development, Ghana
Inisiasi Masyarakat Adat (IMA), Indonesia
World Youth Eco SDG Fourm & RoboBee Spy Innovations PVT.LTD, USA & India
Village Farmers Initiative,Nigeria
Digital Agenda for Tanzania Initiative, Tanzania
TOCSIN, Democratic Republic of Congo
NET Africa, Belgium
Centre for Sustainable Development and Environmental Management (CEDEMA), Malawi
Voice Life Health Organization (VLHO), Uganda
The Integrated Social Development Centre - ISODEC, Ghana

United Social Welfare Society, Pakistan
Innovtech, South Africa
JaPCO, Zambia
350.org, South Africa
NORWEGIAN FORUM FOR DEVELOPMENT AND THE ENVIRONMENT, Norway
Plataforma Portuguesa das ONGD (Portuguese Platform of Development NGOs), Portugal
Big Shift Global, Global
German NGO Forum on Environment & Development, Germany
NMA Foundation - Bullyid App, Indonesia
Defined Impact Group, USA
INSTANCE NATIONALE DE PROTECTION DES BIENS PUBLICS ET DE LA TRANSPARENCE AU MAROC
'INPBPTM', Morocco
Leadership Watch, Nigeria
Pakistan Fisherfolk Forum, Pakistan
Réseau Nigérien Anti-Corruption, Niger
Egyptian Initiative for Personal Rights (EIPR), Egypt
South South North, South Africa
Project 90 by 2030, South Africa
The Society for Children Orphaned By AIDS Inc. (SOCOBA), USA
Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos, Brazil
Goldsmiths University, South Africa
Derecho Ambiente y Recursos Naturales, Peru
DECA, Equipo Pueblo, Mexico
Fundación CAUCE: Cultura Ambiental - Causa Ecologista, Argentina
INDICEP - Instituto de Investigación Cultural para Educación Popular, Bolivia
Fundeps, Argentina
Pojoaju, Paraguay
Iniciativas para el Desarrollo de la Mujer Oaxaqueña (IDEMO), Mexico
ICO GROUP, Colombia
Consultora independiente, Bolivia
Independiente, Peru
Plataforma Colombiana de Niñez y Juventud, Colombia
Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos CIPRODEH, Honduras
ASSC ONG (Acção de Solidariedade e Saúde Comunitária, Angola
FONGA- Angola, Angola
Federação das Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe (FONG-STP), São Tomé e Príncipe
Coordination SUD, France
CIONGCA, Central African Republic
La voûte nubienne, France
Chaine de l'espoir, France

Touiza Solidarité, France
GROUPE SOS, France
Groupe initiatives, France
Fondation Danielle Mitterrand, France
Egyptian Association for Comprehensive Development, Egypt
Engagé·e·s & Déterminé·e·s (E&D), France
Triangle Génération Humanitaire, France
Ritimo, France
ROTAB, Niger
REPONGAC, Central Africa
CSVVDH, Mauritania
Rencontre pour la Paix et les Droits de l'Homme (RPDH), Democratic Republic of Congo
Publiez ce que vous payez Congo, Democratic Republic of Congo
COSIM NOUVELLE-AQUITAINE, France
ROLBG, Gabon
Un Enfant par la Main, France
CARI, France
Centre d'Etude et de Recherche pour l'Intégration régionale et le Développement de l'Afrique (CERIDA)
Guinée
Asmae - Soeur Emmanuelle, France
Action Jeunesse pour le Développement, Congo Brazzaville
Association pour la Justice Climatique, l'Environnement et la Nature pour le Développement Durable,
Congo Brazzaville
Coalition Climat pour la Biodiversité et le Développement, Congo Brazzaville
URBAMONDE FRANCE, France
CCFD-Terre Solidaire, France
Organisation Tchadienne Anti-Corruption (OTAC), Tchad
Agronomes et Vétérinaires sans frontières (AVSF), France
WECF France, France
Participatory Research & Action Network- PRAAN, Bangladesh
Oyu Tolgoi Watch, Mongolia
Rivers without Boundaries Coalition, Mongolia
Globe International Center, Mongolia
SWB NGO, Mongolia